



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005384-07.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **ANTONIO HERNANDES DE SOUZA SINOCA**
 Requerido: **IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, ÉDIO E FUDAMENTAL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido aluno da ré entre os anos de 2005 e 2009, fazendo o curso de Administração Geral.

Alegou ainda que ao seu término não conseguiu obter o diploma em razão de pendências especificadas pela ré, as quais entretanto não teriam razão de ser.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em entregar-lhe o diploma de conclusão do curso aludido.

O exame dos autos denota que as pendências invocadas pela ré para não expedir o diploma do autor concernem às disciplinas Psicologia Aplicada 1, Recursos Humanos 1, TCC 1 e 2 e estágio supervisionado.

Reputo, porém, que o autor amealhou elementos suficientes para estabelecer a conclusão de que tais pendências são inconsistentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nesse sentido, o autor salientou ter realizado trabalho concernente à matéria Psicologia Aplicada 1, o qual de acordo com correção do Professor Francisco Maurício atingiu a nota suficiente à sua aprovação.

Ressalvou que houve dificuldades junto ao sistema da ré para a inclusão da nota desse trabalho, mas o assunto não lhe diria respeito.

Pela natureza da questão posta, incumbia à ré amearhar prova que se contrapusesse ao asseverado pelo autor, na esteira do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

Reunia condições para fazê-lo, bastando que arrolasse como testemunha o professor nominado pelo autor para comprovar que os fatos não se passaram tal como ele descreveu, mas não o fez.

Aliás, instada a informar se desejava o alargamento da dilação probatória (fl. 62), a ré permaneceu silente (fl. 107).

Já quanto à disciplina Recursos Humanos 1, o documento de fl. 02 denota a apresentação de atestado médico pelo autor que justificaria as faltas que deram margem à pendência no particular.

As disciplinas TCC 1 e 2 não constavam da grade curricular do autor quando fez o curso e havia outra – inglês – no lugar delas.

Tal argumento não foi refutado especificamente pela ré, tecendo ela considerações a propósito da falta de entrega do trabalho de conclusão de curso como justificativa a não expedir o diploma do autor.

Não lhe assiste razão, porém, seja porque o problema apresentado atinava a disciplinas e não à entrega de trabalho específico, seja porque o autor apresentou regularmente o trabalho a esse título (fls. 69/106).

Por fim, o documento de fl. 03 evidencia o atendimento pelo autor do que se relacionava ao seu estágio supervisionado, o que de resto não foi igualmente refutado pela ré de forma concreta.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, não transparecendo pertinentes as objeções lançadas pela ré para não emitir o diploma do autor e não tendo ela por meio de dados objetivos demonstrado o descumprimento pelo mesmo dos pressupostos necessários para a conclusão do curso em apreço, inclusive quanto ao aproveitamento em quaisquer matérias.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em entregar ao autor no prazo máximo de vinte dias o diploma de conclusão do curso de Administração Geral, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**